

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2023.v15i1.18828>

Os textos deste dossiê resultam das apresentações realizadas no II Colóquio Matrizes do Republicanismo, realizado nos dias 01 e 02 de junho de 2022, no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), organizado pelo grupo de pesquisa do CNPq “Matrizes do Republicanismo”.

O grupo de pesquisa “Matrizes do Republicanismo” reúne pesquisadores interessados no pensamento republicano. Tem por propósito examinar as principais matrizes do pensamento republicano e os principais textos responsáveis pela retomada do pensamento republicano na contemporaneidade. Pretende mapear as principais características de cada uma dessas matrizes - republicanismo ateniense, republicanismo romano, republicanismo renascentista, republicanismo inglês, republicanismo americano, republicanismo francês - e avaliar quais dessas matrizes estão presentes no republicanismo contemporâneo, além de discutir as formas de apropriação e utilização dessas matrizes. A intenção é compreender o ideário republicano e entender as razões dessa recuperação do republicanismo nas últimas décadas e qual seria sua contribuição para o debate político contemporâneo.

Nas últimas décadas, tem-se observado no cenário mundial ataques frequentes à democracia. Podemos notar que há uma crescente onda de intolerância e desrespeito ao direito das minorias e um aumento de lideranças políticas com propostas claramente antidemocráticas. Nesse horizonte político, faz-se necessário um pensar crítico que possibilite a compreensão e o debate sobre as práticas políticas atuais. O estudo da filosofia republicana serve como instrumental teórico-político, justamente, por levar em conta as noções de autonomia e justiça igualitária. Dessa maneira, a leitura dos textos encontrados neste dossiê pode contribuir para compreender os problemas contemporâneos.

A Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD - é um periódico interdisciplinar em ciências humanas e sociais e recebe produções originais tratando de temáticas contemporâneas. Nossa proposta para o dossiê “Matrizes do Republicanismo” trata do tema: Democracia e República. Os artigos que compõem esse dossiê abordam o tema de forma reflexiva sob diferentes ângulos e autores produzindo conhecimento relevante para a compreensão da situação atual da política brasileira e mundial, de modo que o presente dossiê adere com maestria aos objetivos da Revista, como se observa de cada um dos artigos neles reunidos.

De fato, valendo-se, sobretudo, da obra *Discourses concerning government*, de Algernon Sidney, Vital Alves analisa a noção de consentimento, isto é, o fundamento da legitimidade do governo, e investiga o conceito de governo e a definição de governo popular.

Sob o pano de fundo das reformas eleitorais na Inglaterra do século XIX, Isabel de Almeida Brand delinea a posição de John Stuart Mill frente à emergência da democracia moderna a fim de buscar os fundamentos do autor para valorização dos especialistas em sua teoria de governo representativo.

Dado o destaque de combate à corrupção no cenário brasileiro dos últimos anos, Daniel Chiaretti avalia em que medida as práticas lavajatistas foram republicanas e quais os possíveis impactos para um debate público sobre a corrupção e democracia no Brasil.

Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros discute como o modelo de democracia proposto por Philip Pettit para assegurar um controle popular sobre o governo e a efetivação do ideal de liberdade como ausência de dominação, princípio normativo central de sua teoria política, pode ser apresentado como uma opção diante da oposição dominante no debate político contemporâneo entre liberdade negativa e liberdade positiva.

A partir da recontextualização de Claude Lefort do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, Beatriz Zanfra apresenta a argumentação do autor sobre a mudança política que tem como resultado a democracia representativa é o direito, mais precisamente os direitos

humanos, têm em sua enunciação a forma ao mesmo tempo individual e coletiva de instituir uma nova sociedade baseada ao mesmo tempo na igualdade e na diferença entre todos, onde os conflitos sociais podem se traduzir na luta pela constante criação de novos direitos.

No artigo intitulado “*Republicanismo e democracia na história do pensamento político: uma análise a partir da perspectiva de Bill Brugger*”, Rodrigo Ribeiro de Sousa procura explorar as relações existentes entre a teoria democrática e o pensamento republicano, de modo a investigar a existência de uma interdependência entre as duas matrizes teóricas ou a separação entre as perspectivas.

O dossiê conta, ainda, com a resenha do livro “*Corrupção Política e Republicanismo – a perda da liberdade segundo Jean-Jacques Rousseau*”, de Vital Alves, realizada por Maurício Mota Saboya Pinheiro.

Tradicionalmente, os estudos sobre republicanismo fixam as origens desse pensamento político na Antiguidade e, ao mesmo tempo, buscam entender as características dessa abordagem política, isto é, desse conjunto de ideias, noções e todo um vocabulário sobre como a coisa pública deve ser tratada. Ao longo da história da filosofia, a tradição republicana – fortemente ligada em sua gênese à Antiguidade e à figura de Cícero – foi retomada pelos Humanistas cívicos, e por Maquiavel, durante a Renascença na Itália, e no século XVII, na Inglaterra, podendo ser verificada no pensamento de John Milton, James Harrington e Algernon Sidney, e, já no Século das Luzes, nas teorias políticas de Montesquieu e de Rousseau. O republicanismo, para além do campo teórico, no campo da ação política, e em diversas conjunturas sociais e políticas, impeliu movimentos políticos que impulsionaram e culminaram no advento de revoluções decisivas na história da humanidade.

Se, por um lado, ideias como a liberdade política, a soberania popular, o império da lei e a virtude cívica se destacam na tradição republicana, por outro lado, o regime político, sustentado por ideias como as mencionadas e defendido por essa tradição política, frequentemente se vê ameaçado por um problema de gravidade incontestável e potencialmente capaz de destruir a República, trata-se do fenômeno da corrupção política. Mas, afinal, por que a corrupção política é um problema grave para a República? O Republicanismo apresenta em seu arsenal teórico recursos e meios capazes de combater a corrupção?

Para refletir sobre questões dessa natureza, em seu livro “*Corrupção política e republicanismo – a perda da liberdade segundo Jean-Jacques Rousseau*”, Vital Alves busca compreender o republicanismo – como uma vertente da filosofia política – por meio do problema da corrupção política, tendo como companhia principal Jean-Jacques Rousseau, filósofo genebrino do século XVIII, que pode ser reconhecido como um dos mais importantes expoentes do pensamento republicano. A obra se propõe, assim, a vincular o autor do Contrato social à tradição republicana mediante uma análise e uma discussão sobre o problema da corrupção política, considerando suas prováveis causas, seus efeitos e possíveis remédios para prevenir e combater esse mal que ronda não somente a República, mas todos os regimes políticos de maneira geral; entretanto no regime republicano se evidencia de forma brutal e dramática.

Esperamos que, por meio dos trabalhos publicados no presente dossiê, os leitores possam tomar contato com a pesquisa realizada pelo grupo “*matrizes do republicanismo*” e aproximar-se da rica história do pensamento republicano, exposta em diferentes facetas pelos pesquisadores do grupo.

Alberto Ribeiro Gonçalves Barros
<https://orcid.org/0000-0001-8444-4810>

Beatriz Zanfra
<https://orcid.org/0000-0003-2592-1626>

Daniel Chiaretti
<https://orcid.org/0000-0001-8285-594X>

Isabel de Almeida Brand
<https://orcid.org/0000-0002-0484-8004>

Rodrigo Ribeiro de Sousa
<https://orcid.org/0000-0002-9531-2255>

Vital Alves
<https://0000-0001-9072-5002>